



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

SERVIÇO DE CONTRATOS

C E R T I D ã O

-----VITOR MANUEL PASSOS PEREIRA, CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA-----

-----CERTIFICO, que a presente faz parte integrante da acta da reunião desta Câmara Municipal realizada no dia treze de agosto do ano dois mil e catorze, onde consta a deliberação que seguidamente se transcreve: (02) PROPOSTA – TAXA IMI 2015 - Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:

*“PROPOSTA
TAXA IMI 2015*

Nos termos do CIMI, publicado através do DL n.º 287/2003, de 12 de novembro, e conforme o previsto no n.º 5 do art.º 112.º, do referido diploma "... Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos limites previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1. ...".

A alínea b), foi revogada pela Lei 83-C/2013, de 31.12 (Orçamento do Estado para 2014) e a alínea c) do n.º 1 do art.º 112º refere os intervalos das taxas do imposto para prédios urbanos, a qual deve ser fixada anualmente:

c) - prédios urbanos: 0,3% a 0,5%.

Mantendo-se para 2015, os fundamentos que determinaram, a seu tempo, a implementação e continuidade da política fiscal em sede de IMI, ou seja e genericamente:

1º - Não onerar de forma excessiva as famílias e as empresas e incentivar a sua permanência e fixação na área do concelho de Vila Nova de Cerveira;

2º - Promover e dar continuidade a um esforço que se pretende seja real, de recuperação de prédios urbanos que se encontram em situação de manifesta degradação.

Assim sendo importará que a Assembleia Municipal, na sua próxima reunião ordinária, delibere sobre estas matérias para que até 30 de novembro próximo seja comunicado à Direcção-Geral dos Impostos, quais as taxas a vigorar em 2015, na área do Município de Vila Nova de Cerveira.

Considerando o atrás exposto, nomeadamente, quanto aos objectivos traçados e propostos pelo executivo de incentivo à fixação na área do Município e penalização dos proprietários de prédios urbanos degradados;

Considerando que a nova Lei das Finanças Locais, entretanto em vigor desde 01 de janeiro de 2014, implica a necessidade em reforçar as políticas de arrecadação de receitas próprias dos municípios, o que condiciona a possibilidade de qualquer desagravamento fiscal,

PROPONHO

1. Que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal, nos termos da lei, a fixação das taxas do IMI, do seguinte modo:

- Taxa da alínea c) -Prédios urbanos: 0,3%.

2. Que, nos termos previstos no n.º 8, do art.º 112 do CIMI, de 12 de novembro, a Assembleia Municipal, fixe em 30% o índice de majoração a aplicar à taxa de IMI de todos os prédios urbanos considerados degradados, nos termos previstos no referido Código.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

SERVIÇO DE CONTRATOS

Paços do concelho de Vila Nova de Cerveira, 06 de julho de 2014”

*A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade aprovar a proposta apresentada e re-
metê-la à Assembleia Municipal para deliberação. -----*

*-----Vila Nova de Cerveira e Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal,
vinte e sete de novembro de dois mil e catorze. -----*

Vista Manuel Agostinho Agostinho